RGe ISSN: 2177-3246

AGENDA 2030 NA CONSTRUÇÃO CIVIL BRASILEIRA: O NEXO ENTRE RELATÓRIOS CORPORATIVOS E ODS

THE 2030 AGENDA IN THE BRAZILIAN CONSTRUCTION SECTOR: THE NEXUS BETWEEN CORPORATE REPORTING AND SDGS

AGENDA 2030 EN LA CONSTRUCCIÓN CIVIL BRASILEÑA: EL NEXO ENTRE INFORMES CORPORATIVOS Y ODS

10.56238/revgeov17n6-061

Gabriel de Brito Madureira
Mestrado em Ciências
Instituição: Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)
E-mail: madureira@unifesp.br
Orcid: https://orcid.org/0009-0006-6589-0755

Giovano Candiani
Doutorado em Energia
Instituição: Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)
E-mail: gcandiani@unifesp.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-9896-4390

RESUMO
Frente aos desafios da Agenda 2030, o relato de desempenho socioambiental e de governança no cenário construtivo nacional carece de padronização normativa, fragmentando a percepção sobre o real impacto estrutural do setor. Este estudo investigou as dinâmicas de incorporação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) por meio do mapeamento e da análise documental dos relatórios de sustentabilidade publicados por 23 corporações líderes da construção civil brasileira, adotando os parâmetros da ABNT PR 2030-1 como matriz analítica de direcionamento. A partir de um delineamento quanti-qualitativo apoiado em estatística descritiva, os resultados revelam que o engajamento corporativo opera de forma predominantemente nominal e assimétrica. Apenas 13,04% da amostra evidencia uma efetiva transição para o nível de integração estratégica das metas globais da ONU, identificando-se omissões informacionais em salvaguardas ecológicas críticas, como biodiversidade e mitigação climática. Diante de um cenário em que 34,78% dos documentos passam por processos de asseguração independente, conclui-se que o modelo vigente de divulgação prioriza o gerenciamento de impressões perante o mercado de capitais. Essa configuração consolida a vertente ambiental como um gargalo operacional e fomenta vulnerabilidades institucionais associadas ao ODSwashing.

Palavras-chave: Indústria da Construção. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. ABNT PR 2030-1.

ISSN: 2177-3246

ABSTRACT
Faced with the challenges of the 2030 Agenda, the reporting of socio-environmental and governance performance in the national construction sector lacks normative standardization, fragmenting the perception of the sector's real structural impact. This study investigated the dynamics of incorporating the Sustainable Development Goals (SDGs) through mapping and document analysis of sustainability reports published by 23 leading Brazilian construction corporations, adopting the parameters of ABNT PR 2030-1 as an analytical matrix for guidance. Using a quantitative-qualitative design supported by descriptive statistics, the results reveal that corporate engagement operates predominantly nominally and asymmetrically. Only 13.04% of the sample shows an effective transition to the level of strategic integration of the UN's global goals, identifying informational omissions in critical ecological safeguards, such as biodiversity and climate mitigation. Given a scenario where 34.78% of documents undergo independent assurance processes, it can be concluded that the current disclosure model prioritizes impression management in the capital market. This configuration consolidates the environmental aspect as an operational bottleneck and fosters institutional vulnerabilities associated with SDGwashing.

Keywords: Construction Industry. Sustainable Development Goals. ABNT PR 2030-1.

RESUMEN
Ante los desafíos de la Agenda 2030, la presentación de informes sobre el desempeño socioambiental y de gobernanza en el sector de la construcción nacional carece de estandarización normativa, lo que fragmenta la percepción del impacto estructural real del sector. Este estudio investigó la dinámica de la incorporación de los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) mediante el mapeo y el análisis documental de los informes de sostenibilidad publicados por 23 empresas constructoras brasileñas líderes, adoptando los parámetros de la ABNT PR 2030-1 como matriz analítica de referencia. Mediante un diseño cuantitativo-cualitativo con apoyo de estadística descriptiva, los resultados revelan que el compromiso corporativo opera predominantemente de forma nominal y asimétrica. Solo el 13,04% de la muestra muestra una transición efectiva hacia la integración estratégica de los objetivos globales de la ONU, identificándose omisiones informativas en salvaguardias ecológicas críticas, como la biodiversidad y la mitigación del cambio climático. Dado un escenario en el que el 34,78% de los documentos se someten a procesos de verificación independientes, se puede concluir que el modelo de divulgación actual prioriza la gestión de la imagen en el mercado de capitales. Esta configuración consolida el aspecto ambiental como un cuello de botella operativo y fomenta las vulnerabilidades institucionales asociadas al lavado de imagen de los ODS.

Palabras clave: Industria de la Construcción. Objetivos de Desarrollo Sostenible. ABNT PR 2030-1.

1 INTRODUÇÃO

O debate sobre a atuação empresarial nas agendas de desenvolvimento sustentável contextualiza-se pela configuração dos desafios socioambientais observados nas últimas décadas. Os padrões contemporâneos de produção e consumo demandam a implementação de estratégias de gestão corporativa voltadas ao equilíbrio entre as dimensões econômica, social e ambiental (Ben Mahjoub, 2025). Nesse cenário, as ações das empresas e suas diretrizes de sustentabilidade passam a fundamentar-se em sistemas alinhados aos parâmetros globais de desenvolvimento sustentável (Belinky, 2021).

A Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) descreve de forma clara o papel dos diferentes segmentos da sociedade para o alcance de suas metas (ONU, 2015). No âmbito corporativo, esse compromisso se operacionaliza por meio do alinhamento entre as estratégias de ESG (Environmental, Social and Governance) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A convergência entre esses dois eixos baseia-se em pressupostos fundamentais: primeiro, o alinhamento entre ESG e ODS contribui diretamente para a integração de metas sociais e ambientais à governança das empresas; segundo, essa sinergia estabelece condições essenciais para a sustentabilidade, o desempenho de mercado e a longevidade das organizações.

Nesta abordagem, os conceitos de Sustentabilidade e ESG, embora guardem distinções conceituais, operam de maneira complementar: enquanto a Sustentabilidade representa o objetivo final e o horizonte estratégico de longo prazo, o ESG atua como a métrica e a ferramenta de mercado responsável por operacionalizar e mensurar esse desempenho na prática (Barbieri, 2024). A utilização da nomenclatura ESG intensificou-se globalmente a partir de 2020 (Eriandani; Winarno, 2024), consolidando-se junto com os ODS como o núcleo das estratégias empresariais contemporâneas.

Dentre os diferentes setores industriais, a Construção Civil exerce influência direta no desenvolvimento econômico por meio da implantação de infraestrutura e da geração de empregos. Contudo, o setor caracteriza-se como um expressivo consumidor de recursos naturais e energia, além de figurar como um dos maiores geradores de resíduos sólidos em escala global. Responsável por emissões significativas de Gases de Efeito Estufa (GEE) e pelo uso intensivo de insumos críticos como água, minerais e aço, o setor enfrenta o desafio de migrar para modelos de Economia Circular, focando no fechamento do ciclo de vida dos materiais e na redução do impacto ecológico por meio de técnicas voltadas à eficiência energética e à circularidade (Ferreira; Morgado; Lins, 2024). Diante dessa complexidade operacional, este estudo concentra-se em empresas de grande porte da construção civil, visto que organizações de menor porte apresentam dinâmicas distintas quanto à incorporação da sustentabilidade em seus processos (Gong et al., 2024).

Para as organizações, o atendimento às demandas de diferentes stakeholders transcende a mera geração de valor financeiro aos acionistas (Fuente; Ortiz; Velasco, 2022). Para a sociedade, a

consolidação das práticas ESG e o alcance das metas globais relacionam-se diretamente à proteção ambiental e ao bem-estar social (Paglia; Machado, 2023). Na Construção Civil, embora os processos produtivos sejam consolidados, há pressões crescentes por modernização tecnológica para atender a novos perfis de consumo (Grael; Bezerra; Battistelle, 2023). Ademais, a transparência nos relatos ESG tornou-se critério essencial para a captação de recursos junto a investidores, influenciando a participação do setor no Produto Interno Bruto (PIB).

Apesar da relevância do tema, as pesquisas científicas sobre a interseção entre ODS e ESG encontram-se em fase de expansão e ainda apresentam um volume reduzido de publicações empíricas voltadas a países em desenvolvimento, como o Brasil (Irigaray; Stocker; Anderson, 2023). Desse modo, identifica-se uma lacuna de estudos práticos sobre como os objetivos da Agenda 2030 são mensurados e integrados à governança das construtoras brasileiras por meio de diretrizes locais padronizadas. Este artigo visa preencher essa lacuna, utilizando como referencial analítico e normativo a Prática Recomendada ABNT PR 2030-1 (ABNT, 2024), que estabelece critérios nacionais para a avaliação do amadurecimento do ESG nas organizações. A partir desse contexto, emerge a seguinte questão norteadora: Como as grandes empresas brasileiras do setor da Construção Civil estão integrando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em suas estratégias reportadas em relatórios de sustentabilidade, sob a ótica dos critérios diretivos da ABNT PR 2030-1?

O objetivo geral deste trabalho é avaliar o grau de alinhamento, a conformidade e a integração dos relatos das práticas corporativas às metas da Agenda 2030 em grandes empresas da construção civil brasileira, utilizando os eixos diretivos da ABNT PR 2030-1 como referencial metodológico. Busca-se, com isso, identificar quais ODS são priorizados pelo setor e mapear os fatores que influenciam a confiabilidade e a transparência socioambiental das informações divulgadas pelas companhias.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico organiza-se a partir da evolução do conceito de sustentabilidade e de sua convergência com os critérios socioambientais e de governança, culminando na análise de como esses mecanismos se integram aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no contexto da construção civil e nos relatórios de transparência corporativa.

2.1 EVOLUÇÃO CONCEITUAL: DA SUSTENTABILIDADE À INTEGRAÇÃO COM A AGENDA 2030

A trajetória da sustentabilidade corporativa é marcada pela ampliação das agendas internacionais e pela consolidação de marcos voltados ao desenvolvimento. Historicamente, a preocupação ambiental ganhou visibilidade global nas décadas de 1970 e 1980, período no qual se

reconheceu a relação direta entre os padrões de desenvolvimento econômico, a degradação dos ecossistemas e as desigualdades sociais (ONU, 2015).

Um precursor relevante desse debate foi o conceito de ecodesenvolvimento, formulado na década de 1970, que propunha a harmonia entre a eficiência econômica e a prudência ecológica (Sachs, 1986; Ribeiro et al., 2022). Embora o termo tenha sido preterido pelo paradigma do "Desenvolvimento Sustentável" após a difusão do Relatório Brundtland em 1987, ele fundamentou a multidimensionalidade da sustentabilidade ao integrar de forma indissociável as perspectivas econômica, social e ambiental (Pott; Estrela, 2017; Rocha, 2023; Barbieri, 2024).

No âmbito empresarial, essa abordagem multidimensional foi impulsionada pelo modelo do Triple Bottom Line (Tripé da Sustentabilidade), que articulou a viabilidade econômica à responsabilidade ambiental e social, permitindo que o tema assumisse um papel estratégico na governança e nos processos de tomada de decisão (Cruz, 2022; Barbieri, 2023). Posteriormente, a consolidação dos critérios ESG (Environmental, Social and Governance) permitiu criar métricas de mercado para operacionalizar e mensurar esse desempenho na prática (Barbieri, 2024).

Em 2015, a Organização das Nações Unidas instituiu a Agenda 2030, estabelecendo os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como uma síntese de metas globais para erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir a prosperidade (ONU, 2015). Atualmente, a integração entre os critérios ESG e os ODS demonstra que a sustentabilidade corporativa evoluiu de uma prática puramente voluntária ou filantrópica para uma gestão estratégica voltada ao cumprimento de metas globais compartilhadas (Larrinaga, 2023). A Prática Recomendada ABNT PR 2030-1 fornece o escopo nacional para essa articulação, mapeando como as dimensões corporativas se alinham aos blocos de ODS correspondentes, conforme sintetizado no Quadro 1.

Quadro 1. Alinhamento entre as Dimensões Corporativas e os ODS da ONU

DIMENSÃO CORPORATIVA	TEMÁTICAS ASSOCIADAS	ODS RELACIONADOS
Ambiental (E)	Mudanças climáticas; recursos hídricos; biodiversidade e serviços ecossistêmicos; economia circular e gestão de resíduos; prevenção da poluição.	ODS 6, ODS 7, ODS 9, ODS 11, ODS 12, ODS 13, ODS 14 e ODS 15.
Social (S)	Diálogo social e desenvolvimento territorial; direitos humanos; diversidade, equidade e inclusão; relações e práticas de trabalho; responsabilidade na cadeia de valor.	ODS 1, ODS 2, ODS 3, ODS 4, ODS 5, ODS 8, ODS 10 e ODS 17.
Governança (G)	Governança corporativa; conduta empresarial; práticas de controle e gestão; transparência na divulgação de informações.	ODS 16 e ODS 17.

Fonte: Adaptado de ABNT (2024) e ONU (2015).

2.2 PADRÕES DE REPORTE, TRANSPARÊNCIA E A PROBLEMÁTICA DO ODSWASHING

A padronização dos relatórios de sustentabilidade é o principal mecanismo utilizado para ampliar a transparência corporativa e demonstrar a contribuição das empresas para os objetivos globais. A Global Reporting Initiative (GRI) consolidou-se como o principal padrão internacional ao

estabelecer diretrizes que orientam a apresentação de indicadores mensuráveis sobre o desempenho socioambiental, facilitando o cruzamento de dados com as metas da Agenda 2030 (Barbieri, 2024; Ruggeri et al., 2025).

Contudo, a literatura destaca que a divulgação de informações nem sempre reflete transformações estruturais nas operações, podendo resultar em discursos meramente simbólicos destinados a mitigar riscos reputacionais e obter autolegitimação (Martins, 2022; Sun, 2024). Sob a lente da Teoria da Legitimidade, organizações de elevado impacto socioambiental podem utilizar a volumetria documental dos relatórios de sustentabilidade como uma ferramenta de gerenciamento de impressões, promovendo um descolamento (decoupling) entre o discurso institucional e a realidade operacional (Suchman, 1995; Deegan, 2002).

Esse fenômeno manifesta-se de forma crítica por meio de práticas de manipulação narrativa conhecidas como washing, que se dividem em três frentes principais (Sneideriene; Legenzova, 2025):

Greenwashing: Estratégias de comunicação que transmitem uma imagem ambientalmente responsável superior à realidade das práticas operacionais da empresa (Lagasio, 2024; Biju et al., 2023).

Socialwashing: Divulgação de ações de diversidade, inclusão e relações sociais que não possuem compromisso efetivo com a transformação institucional (Roszkowska-Menkes; Aluchna; Kaminski, 2024; Locatelli et al., 2025).

ODSwashing: O uso puramente simbólico e cosmético dos logotipos e selos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para fins de marketing e imagem, sem a adoção de metas numéricas reais, mensuráveis e compatíveis com os indicadores da Agenda 2030 (Sun; Zhu, 2024; Wang et al., 2024).

Para reduzir essa assimetria informacional e coibir o uso estratégico e oportunista da agenda global, a literatura aponta que a credibilidade dos relatos depende da consistência material e da presença de auditorias e verificações independentes. A garantia externa (assurance) é considerada condição essencial para assegurar a fidedignidade dos nexos declarados entre as práticas da empresa e os ODS (Tsang; Frost; Cao, 2023). No cenário brasileiro, a adoção de diretrizes estruturadas como a ABNT PR 2030-1 atua como uma ferramenta técnica relevante para balizar essa conformidade, ajudando a superar o caráter puramente declaratório dos relatórios e fornecendo métricas para avaliar o real lastro das publicações (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2022; 2024).

2.3 O SETOR DE CONSTRUÇÃO CIVIL FRENTE AOS DESAFIOS DA AGENDA 2030

A indústria da construção civil é um dos pilares da economia global, exercendo forte influência na geração de empregos e no PIB, mas enfrenta o desafio de conciliar suas operações com as metas de mitigação socioambiental da ONU. O setor possui alta relevância no mercado de capitais (Grael;

Bezerra; Battistelle, 2023) e responde por uma parcela crítica das pressões ecológicas do planeta, sendo a produção de cimento, isoladamente, responsável por cerca de 8% das emissões antropogênicas globais de carbono (Ebolor; Agarwal; Brem, 2022).

Os impactos setoriais correlacionam-se diretamente com os blocos de ODS da Agenda 2030 em três dimensões fundamentais, estruturadas a partir de Silva Ferreira et al. (2006) e Zhang, Qin e Liu (2020):

Dimensão Ambiental (Conexão com ODS 6, 12, 13 e 15): Caracteriza-se pelo consumo intensivo de recursos naturais (consumindo anualmente 1,5 bilhão de toneladas de cimento e 9 bilhões de toneladas de agregados) e pela geração de elevados volumes de resíduos de construção e demolição (Silva; Quelhas; Amorim, 2017). No Brasil, a gestão desses impactos é balizada por marcos regulatórios como a Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei n.º 12.305/2010 (Brasil, 2010) e a Resolução Conama nº 307/2002 (Conama, 2022), que impulsionam a transição para a Economia Circular e para modelos de Produção Mais Limpa (P+L) (Abrantes, 2009; Munaro; Tavares, 2022; Qian, 2024).

Dimensão Social (Conexão com ODS 3, 5, 8 e 10): Envolve a influência direta na urbanização, na saúde e no bem-estar dos operários e usuários. Os desafios prioritários concentram-se na garantia da segurança do trabalho nos canteiros de obras e na promoção da equidade social nas cadeias de suprimentos (Tachizawa, 2019; Senadheera et al., 2021; Zhang; Lai; Jie, 2024).

Dimensão de Governança (Conexão com ODS 16 e 17): Envolve os mecanismos de gestão ética, compliance e transparência necessários para assegurar que as ações ambientais e sociais reportadas sejam fidedignas, mitigando o washing por meio de dados de materialidade rastreáveis (Salvi et al., 2024; Niu, 2024).

Para responder a essas pressões ecológicas e sociais, o setor tem adotado inovações tecnológicas e protocolos de certificação verde (como LEED, AQUA-HQE e o Selo Azul da Caixa) para monitorar o desempenho das edificações (Ferreira et al., 2023). Ferramentas digitais como o BIM (Building Information Modeling) surgem como soluções essenciais para otimizar o uso de insumos e reduzir o desperdício, fornecendo dados automatizados que aumentam a transparência dos relatórios (Khan; Mcnally, 2023).

Apesar desses avanços, a literatura aponta para a existência de uma "sustentabilidade simbólica" na construção civil brasileira. O setor tende a concentrar suas iniciativas e divulgações nos aspectos ambientais e sociais de caráter estritamente normativo, trabalhista e obrigatório, mas ainda apresenta baixo investimento real e omissões informacionais nas dimensões de governança profunda, cujo retorno é percebido apenas no longo prazo (Arvidsson; Dumay, 2022; Matemane; Msomi; Ngundu, 2024). Há uma tendência crítica em priorizar o reporte de conquistas institucionais e omitir dados quantitativos sobre externalidades negativas, como emissões de escopo amplo e estresse hídrico,

gerando assimetrias que dificultam a avaliação do real alinhamento do setor com as metas da Agenda 2030 (Boiral; Brotherton; Talbot, 2024).

3 METODOLOGIA

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa adota uma abordagem de método misto, combinando elementos qualitativos e quantitativos de caráter descritivo e exploratório (Creswell; Creswell, 2021). O objetivo central do desenho metodológico é mapear e avaliar o grau de alinhamento e integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 na construção civil brasileira. O estudo operacionaliza-se por meio de uma pesquisa documental focada na Análise de Conteúdo dos relatórios de sustentabilidade e inventários corporativos ESG de empresas líderes do setor, utilizando como referencial técnico-analítico as diretrizes normativas da Prática Recomendada ABNT PR 2030-1 (ABNT, 2024).

Para fundamentar conceitualmente a pesquisa e mapear o estado da arte sobre as problemáticas de reporte setorial e distorções narrativas (*washing*), realizou-se um levantamento bibliográfico prévio na base de dados Scopus, delimitando o período entre 2004 e 2025. A estratégia de busca utilizou operadores booleanos combinando os descritores fundamentais: "*ESG" AND "ODS" (ou "SDG") AND "Construção Civil" (e suas variantes em inglês "Civil Construction" / "Building Construction")*. A síntese teórica desse acervo bibliográfico serviu de base conceitual para a construção das categorias de análise, interligando o panorama acadêmico global à avaliação prática dos relatos documentais do *corpus* desta pesquisa. A busca resultou em uma amostra inicial de 114 artigos científicos, dos quais 42 foram selecionados por aderência direta à temática do estudo após a leitura de títulos e resumos.

3.2 CORPUS DE ANÁLISE E SELEÇÃO DA AMOSTRA

O universo da pesquisa compreende as principais empresas atuantes no setor de construção civil brasileiro. A amostragem foi definida de forma intencional a partir do mapeamento das organizações de grande porte mais bem posicionadas nos principais rankings setoriais e de mercado consolidados no biênio 2024-2025, a saber: B3, Revista Exame, Valor Econômico, Revista O Empreiteiro e Premiação INTEC.

Após o mapeamento inicial e a exclusão de sobreposições, identificou-se um escopo de 37 empresas representativas. Contudo, a etapa de coleta revelou a indisponibilidade pública dos relatórios de 14 companhias em seus canais oficiais, critério que resultou em sua exclusão da amostra. Assim, o corpus definitivo desta pesquisa é composto pelas 23 organizações que disponibilizaram seus documentos corporativos mais recentes até o encerramento do período de coleta (Quadro 2).

Compreendidos os fundamentos teóricos que balizam a sustentabilidade corporativa e as distorções narrativas associadas ao ODSwashing, torna-se necessária a transposição desses conceitos para a realidade empírica. Nesse sentido, a presente investigação articula o referencial da literatura – que aponta para o hiato entre discurso e prática – com uma análise documental sistemática e inédita. Este procedimento visa verificar, à luz dos critérios da ABNT PR 2030-1, o real grau de alinhamento e a consistência informacional dos relatórios de sustentabilidade frente aos objetivos da Agenda 2030, permitindo, assim, a mensuração da maturidade estratégica das empresas líderes do setor de construção civil brasileira.

Quadro 2. Perfil e Caracterização dos Relatórios ESG Analisados

EMPRESA	ANO DO RELATÓRIO	Nº DE PÁGINAS	INÍCIO DO PROGRAMA ESG	PADRÃO GRI?	AUDITORIA EXTERNA?
Barbosa Mello	2023	123	2018	Sim	Sim
Cury Construtora	2023	87	2022	Sim	Não
Cyrela	2023	91	2021	Sim	Sim
Direcional	2023	109	2022	Sim	Não
ECB	2023	90	2022	Sim	Não
Even	2023	97	2022	Sim	Não
EGTC Infra	2024	59	2018	Sim	Não
Eztec	2023	54	2007	Sim	Sim
Gafisa	2023	89	2022	Sim	Não
Grupo Enesa	2023	79	2019	Não	Não
Grupo Marquise	2023	62	2023	Não	Não
Moura Dubeux	2023	132	2021	Sim	Não
MPD Engenharia	2024	31	2021	Não	Não
Multiplan	2023	221	2015	Sim	Sim
MRV	2023	107	2020	Sim	Sim
OEC - Odebrecht	2022	63	2023	Sim	Sim
Queiroz Galvão (Álya)	2022	39	2022	Sim	Não
Pacaembu	2022	59	2022	Não	Não
Passarelli	2023	45	2022	Sim	Não
Patriani	2023	96	2021	Sim	Sim
Plano & Plano	2024	78	2023	Sim	Não
Rôgga	2024	72	2019	Sim	Não
Tegra	2023	97	2016	Sim	Sim

Fonte: Elaborada pelos próprios autores.

3.3 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE E PARAMETRIZAÇÃO PELA ABNT PR 2030-1

A avaliação da aderência das empresas à Agenda 2030 foi conduzida por meio da técnica de Análise de Conteúdo Temática, seguindo as premissas metodológicas de Bardin (2016), estruturada em três fases operacionais:

Pré-análise: Leitura flutuante dos 23 relatórios, triagem de dados textuais e organização do material de trabalho.

Exploração do material: Codificação sistemática dos documentos orientada à identificação explícita de metas quantitativas, indicadores qualitativos, menções textuais e selos visuais vinculados aos 17 ODS.

Tratamento dos resultados e interpretação: Categorização do nível de integração dos objetivos identificados e realização de inferências críticas sobre o padrão de transparência das corporações.

A parametrização do alinhamento baseou-se estritamente na correlação técnica estabelecida pela Prática Recomendada ABNT PR 2030-1 (ABNT, 2024). Esse documento normativo serviu de matriz analítica para examinar em que medida as práticas corporativas descritas nos eixos Ambiental, Social e de Governança dão capilaridade real às metas globais da ONU sob as especificidades do setor da construção.

O tratamento dos dados quantificados foi realizado por meio de estatística descritiva simples, extraindo frequências absolutas e distribuições percentuais. Esse procedimento permitiu sintetizar a taxa de presença de cada ODS no setor, o nível individual de engajamento por empresa e a representatividade das auditorias externas no ecossistema estudado.

3.4 LIMITAÇÕES DO DESENHO METODOLÓGICO

Devem ser apontados os limites de alcance deste desenho metodológico. Primeiramente, o tamanho da amostra, embora represente os principais indutores de tendência (trendsetters) e as maiores corporações de capital aberto e fechado do setor, impede a generalização estatística linear dos resultados para a totalidade das pequenas e médias empresas da construção civil nacional.

Ademais, a investigação debruça-se sobre dados secundários de natureza autodeclarada pelas próprias companhias. Na ausência de processos homogêneos de verificação e considerando que a maior parte da amostra (65,2%) publica suas informações sem asseguração independente de terceira parte, os resultados estão expostos a vieses informacionais. Tais vieses dão margem para a discussão de fenômenos institucionais como o Greenwashing, o Socialwashing e o ODSwashing, caracterizados pelo uso puramente retórico ou cosmético da agenda de sustentabilidade para ganhos de imagem e reputação mercadológica.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise estatística aplicada ao corpus documental revela assimetrias significativas no volume de informações e na adoção de mecanismos formais de transparência no setor da construção civil brasileira. Este cenário corrobora as tendências identificadas na revisão bibliográfica, que apontou a existência de um “desacoplamento estrutural” entre o discurso institucional e a realidade operativa em indústrias de alto impacto. Os dados desta amostra ratificam tal lacuna, evidenciando que o engajamento corporativo ocorre, predominantemente, de forma nominal e assimétrica.

4.1 PERFIL ESTRUTURAL DO CORPUS DOCUMENTAL E FRAMEWORKS DE RELATO

O mapeamento descritivo dos 23 documentos analisados indica uma disparidade notável tanto na extensão dos relatórios quanto na adesão a normas de reporte. A média observada foi de 89,3 páginas por documento, com uma amplitude expressiva entre os extremos: enquanto o relatório da MPD Engenharia totalizou 31 páginas, o documento da Multiplan alcançou 221 páginas, evidenciando heterogeneidade nas práticas de prestação de contas.

A consolidação dos parâmetros de padronização e governança, detalhada na Figura 1, indica que a indústria adota majoritariamente estruturas formais de relato, embora a validação externa desses dados e o uso de *frameworks* variados apresentem diferentes distribuições no setor:

Global Reporting Initiative (GRI): Confirma-se como a diretriz majoritária, utilizada por 82,6% das empresas analisadas (19 das 23 organizações). Os relatórios que não adotam o padrão restringem-se às empresas Grupo Enesa, Grupo Marquise, MPD Engenharia e Pacaembu.

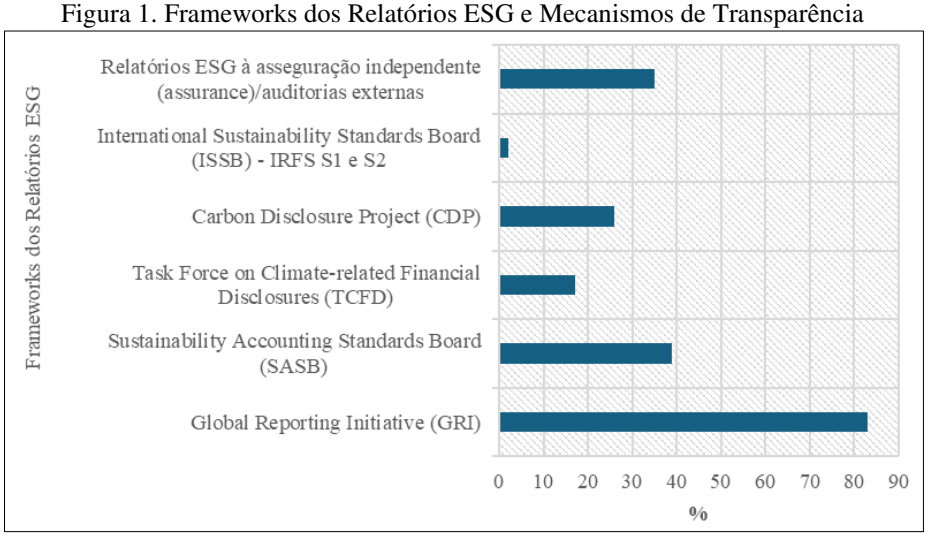
Sustainability Accounting Standards Board (SASB): Apresenta uma taxa de adoção intermediária, integrando o escopo de reporte de 39,1% da amostra (9 organizações).

Carbon Disclosure Project (CDP) e TCFD: O reporte direcionado a riscos climáticos e governança de emissões registra 26,1% (6 empresas) e 17,4% (4 empresas) de presença, respectivamente.

International Sustainability Standards Board (ISSB - IFRS S1 e S2): Configura-se como o modelo de menor frequência, presente em apenas 4,3% das corporações avaliadas (1 empresa).

Asseguração Independente (Auditoria Externa): Apenas 34,78% da amostra (8 das 23 organizações) submetem seus relatórios à verificação por terceira parte. Consequentemente, a maior parcela do ecossistema estudado, correspondente a 65,2% das empresas (15 organizações), publica suas informações socioambientais em caráter estritamente autorreferenciado, carecendo de validação externa de fidedignidade.

Figura 1. Frameworks dos Relatórios ESG e Mecanismos de Transparência



Fonte: Elaborada pelos próprios autores.

4.2 ANÁLISE DE FREQUÊNCIA E MATERIALIZAÇÃO SELETIVA DOS ODS

Ao analisar o conteúdo temático desses relatórios, a distribuição percentual de inserção de cada ODS confirma que a materialização da Agenda 2030 ocorre de maneira seletiva na construção civil brasileira. Há uma concentração de dados em temas diretamente vinculados à atividade-fim, à conformidade legal e ao impacto econômico direto, em detrimento de metas socioambientais transversais (Alharasis et al., 2025).

O ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) desponta como a maior frequência absoluta do setor, presente em 95,7% dos documentos (22 das 23 empresas). Esse índice reflete a dependência setorial de mão de obra intensiva e a necessidade de conformidade com os parâmetros de saúde e segurança ocupacional regulamentados pela Norma Regulamentadora NR-18 (Tachizawa, 2019). O núcleo de maior recorrência setorial é estruturado pelas seguintes ocorrências descritivas:

ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura): Identificado em 87,0% da amostra, impulsionado pelo relato de investimentos em canteiros industrializados e tecnologias de modelagem como o *Building Information Modeling* (BIM) (Khan; McNally, 2023).

ODS 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima): Registrado em 78,3%, associado de forma direta à elaboração de inventários corporativos de gases de efeito estufa (Escopos 1 e 2).

ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis): Mapeado em 73,9%, motivado pelas exigências legais nacionais ligadas ao manejo e reciclagem de resíduos da construção e demolição (RCD), em estrita conformidade com a PNRS e as resoluções do CONAMA (Munaro; Tavares, 2022).

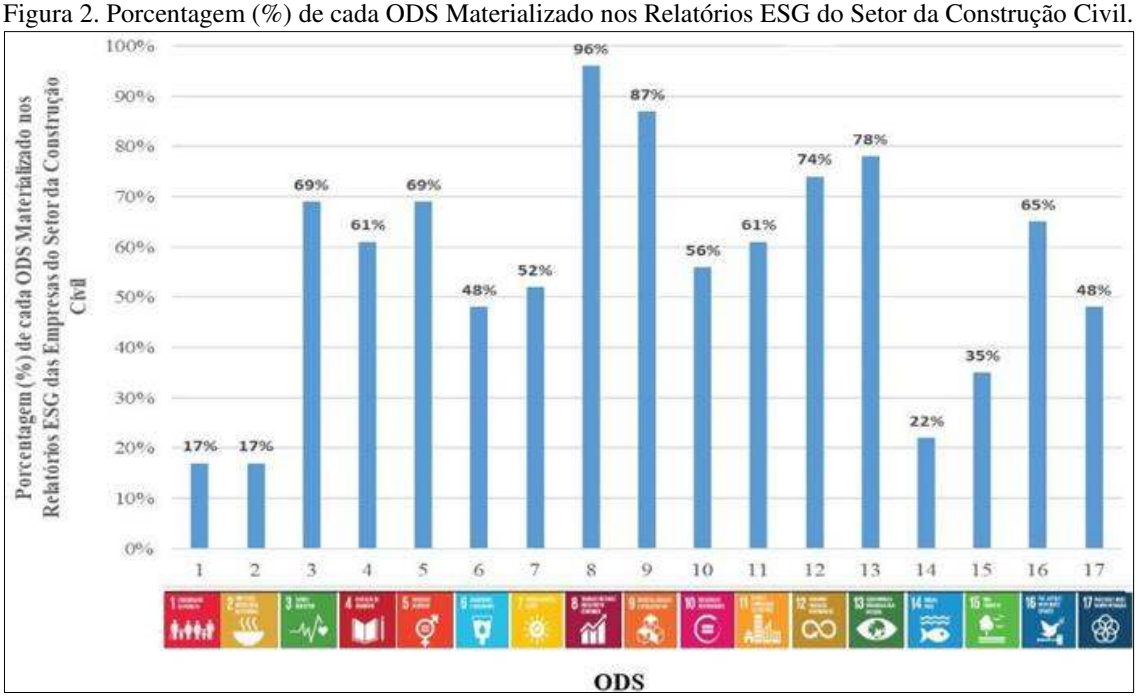
ODS 3 (Saúde e Bem-Estar) e ODS 5 (Igualdade de Gênero): Apresentam inserção de 69,6% cada, evidenciando a prevalência de políticas internas de medicina do trabalho e o início de programas corporativos de inclusão de gênero em um setor historicamente masculino.

ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes): Atinge 65,2%, comumente associado ao relato de canais de denúncia, comitês de *compliance* e códigos de conduta ética.

ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis): Constatado em 60,9% das publicações, vinculando-se à busca mercadológica por certificações de edificações verdes (LEED, AQUA) e incorporação de projetos de habitação popular (Ferreira et al., 2023).

Em oposição ao núcleo de maior incidência, observa-se um menor volume de reporte em temas sociais de base e na conservação de ecossistemas complexos. O ODS 1 (Erradicação da Pobreza) e o ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável) registram apenas 17,4% de presença nos documentos analisados. No vetor ambiental recuado, a proteção da Vida na Água (ODS 14) limita-se a 21,7% e a Vida Terrestre (ODS 15) atinge 34,8%. Essa disparidade, ilustrada na Figura 2, sugere que os impactos indiretos localizados nas extremidades da cadeia de suprimentos são sistematicamente negligenciados pelas organizações, indicando um distanciamento das agendas ecológicas de longo prazo (Filgueira; Norden, 2025; Monteiro; Rodrigues; Picchi, 2024).

Figura 2. Porcentagem (%) de cada ODS Materializado nos Relatórios ESG do Setor da Construção Civil.



Fonte: Elaborada pelos próprios autores.

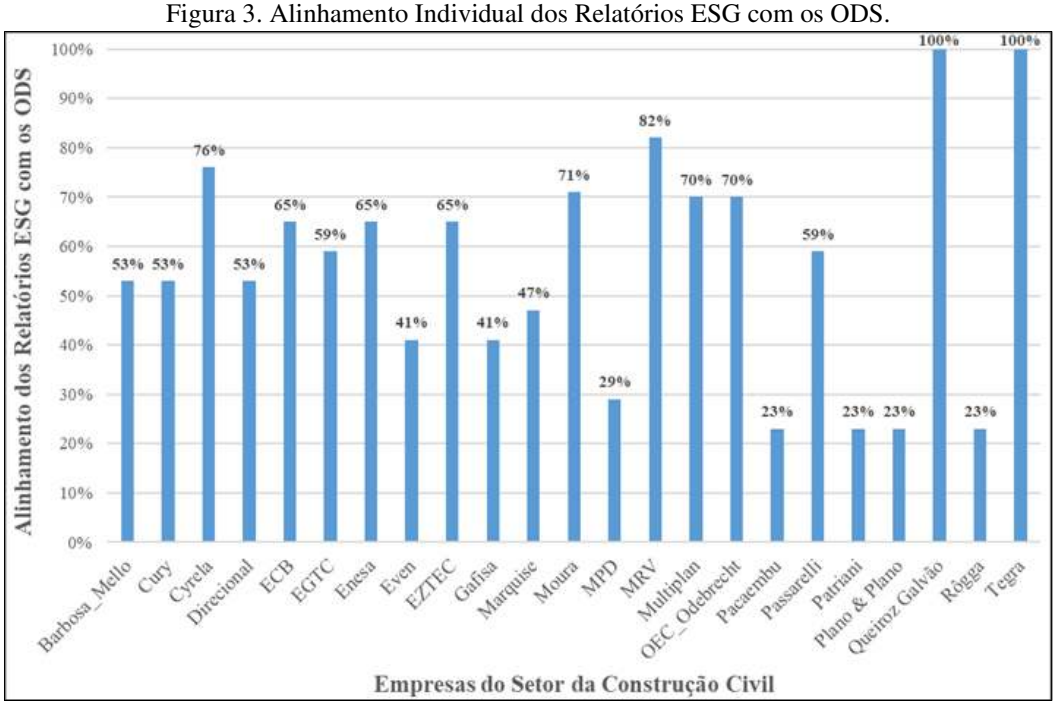
4.3 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO E GRAU DE ADESÃO INDIVIDUAL POR EMPRESA

Essa distribuição temática reflete uma acentuada heterogeneidade quando o alinhamento é examinado de forma individualizada por organização. Os dados mapeados na Figura 3 demonstram que a incorporação da Agenda 2030 varia desde faixas iniciais até o alinhamento nominal total.

As companhias Queiroz Galvão e Tegra atingem 100% de alinhamento nominal, seguidas por MRV (82%), Cyrela (76%) e Moura Dubeux (71%), enquanto Multiplan e OEC-Odebrecht registram 70% de convergência. Esse comportamento evidencia que organizações dotadas de maior porte, receita e exposição ao mercado de capitais tendem a utilizar os ODS como referência explícita para a definição de sua materialidade estratégica (Romano; Ferreira; Caeiro, 2023).

Inversamente, uma parcela expressiva do segmento compartilha o menor índice de alinhamento verificado na pesquisa, fixado em 23%, englobando as empresas Pacaembu, Patriani, Plano & Plano e Rôgga, seguidas pela MPD Engenharia, com 29%. A zona intermediária distribui-se de forma pulverizada: Even e Gafisa registram 41%; Marquise apresenta 47%; Barbosa Mello, Cury e Direcional partilham o índice de 53%; EGTC Infra e Passarelli atingem 59%; ao passo que ECB, Enesa e EZTEC convergem no patamar de 65% de alinhamento.

Figura 3. Alinhamento Individual dos Relatórios ESG com os ODS.



Fonte: Elaborada pelos próprios autores.

A análise revela que 8 das 23 empresas (34,78% da amostra) submetem seus relatórios à auditoria externa. Entre estas, destaca-se que apenas três organizações (Cyrela, MRV e Tegra) alcançam patamares de alinhamento estratégico superiores a 75%, consolidando-se como o estrato de maior maturidade informacional do setor. Esse grupo restrito representa exatamente 13,04% da amostra total. Esse dado evidencia que, embora o alinhamento visual e nominal seja frequente no setor, a integração estratégica profunda, madura e externamente validada ainda é restrita a um estrato corporativo altamente seleto.

Para as organizações situadas nos patamares iniciais (23 a 29%), a inserção assistemática dos logotipos dos ODS atua predominantemente como uma resposta reativa para mitigar riscos reputacionais em ambientes de crescente exigência mercadológica (Filgueira; Norden, 2025; Cao et al., 2025). A dificuldade de consolidação de metas completas observada na maior parte da amostra é consistente com a literatura de sustentabilidade, a qual aponta que indústrias intensivas em recursos naturais enfrentam maior complexidade técnica para conciliar os ODS operacionais com metas sociais amplas e transversais (Monteiro; Rodrigues; Picchi, 2024).

4.4 O FENÔMENO DO ODSWASHING SOB A ÓTICA DA TEORIA DA LEGITIMIDADE

O contraste estabelecido entre os elevados índices de alinhamento nominal de algumas empresas e a baixa incidência de auditorias independentes demonstrada no perfil geral do setor fornece fundamentação empírica robusta para a discussão do fenômeno do ODSwashing (lavagem cosmética dos ODS) na construção civil brasileira (Sun; Zhu, 2024).

Sob a lente da Teoria da Legitimidade, organizações de alto impacto ambiental utilizam a

volumetria e o apelo visual dos relatórios ESG como ferramentas de gerenciamento de impressões para obter aceitação social e mercadológica, sem necessariamente promover mudanças estruturais em seus processos produtivos (Suchman, 1995). Uma vez que 65,2% das organizações divulgam seus relatos em caráter estritamente autorreferenciado (sem auditoria), a inclusão dos selos e logotipos da Agenda 2030 assume, na maioria dos casos, uma função eminentemente simbólica. As empresas tendem a "capturar" a agenda global da ONU de forma oportunista para envelopar práticas que já eram obrigatórias por lei trabalhista ou ambiental (como a conformidade com a NR-18 no ODS 8 ou a gestão interna de resíduos no ODS 12).

A disposição fragmentada de dados e a falta de indicadores numéricos auditados no ecossistema estudado confirmam que, sem a aplicação de frameworks nacionais rígidos e independentes de verificação – papel este que a recente ABNT PR 2030-1 visa preencher –, os relatos perdem seu teor informacional e perpetuam assimetrias que mascaram as reais externalidades negativas do setor (Wang et al., 2024; Monteiro; Rodrigues; Picchi, 2024). Assim, as evidências indicam que a construção civil brasileira avança de forma desigual, flutuando entre a integração corporativa real de um grupo minoritário e o uso de narrativas simbólicas desprovidas de verificação independente pela maioria das companhias (Cao et al., 2025).

5 CONCLUSÃO

O presente estudo consolidou um diagnóstico técnico-científico sobre a incorporação da Agenda 2030 no setor de construção civil brasileiro, investigando em que medida as evidências descritivas presentes nos Relatórios ESG refletem uma alteração substantiva na gestão de impactos operacionais ou se configuram como dispositivos de sinalização institucional perante o mercado de capitais. Ao confrontar as taxas de inserção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) com o baixo índice de verificação externa por terceira parte, a pesquisa permitiu problematizar a distância existente entre o alinhamento nominal corporativo e os reflexos socioambientais práticos nas realidades locais.

A análise estatística descritiva da distribuição dos dados e a identificação de ênfases assimétricas no relato de indicadores permitem elencar três conclusões centrais:

A Incorporação Instrumental e Utilitarista dos ODS: A concentração de dados em torno do ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico, com 95,7%) e do ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura, com 87,0%) evidencia que a ancoragem setorial da Agenda 2030 prioriza metas associadas à eficiência interna ou que já se encontram sob forte regulação legal histórica do subsetor de edificações (como a NR-18). Esse comportamento indica que o ecossistema empresarial tende a instrumentalizar os objetivos globais para legitimar e chancelar processos operacionais pré-existentes, limitando o potencial indutor de novas práticas socioambientais.

O Desacoplamento Estrutural e a Insuficiência de Impacto Biofísico: Em contrapartida à centralidade dos temas operacionais e econômicos, os baixos índices de presença verificados em metas ecológicas vitais – como a Erradicação da Pobreza (ODS 1, 17,4%) e a Proteção da Vida na Água (ODS 14, 21,7%) – expõem um quadro de desacoplamento estrutural. Ao negligenciar os impactos indiretos gerados a montante e a jusante de suas cadeias de suprimentos, a sistemática de relato reduz a complexidade da sustentabilidade a indicadores burocráticos ou isolados (como controle de consumo de papel e ações pontuais de reciclagem). Como consequência, o modelo atual falha em mensurar e mitigar a degradação ecossistêmica profunda, o declínio da biodiversidade e os desequilíbrios sociais nas comunidades diretamente afetadas pelos empreendimentos.

A Assimetria Informacional e o Caráter Simbólico do ODSwashing: A contradição entre relatórios corporativos que declaram até 100% de alinhamento temático e a realidade de que 65,2% dessa produção documental opera sem asseguração independente fornece evidência empírica robusta para a ocorrência do fenômeno do ODSwashing. Na ausência de metas quantitativas locais indexadas e sem o crivo de auditorias externas de fidedignidade, o uso dos selos institucionais da ONU assume um caráter marcadamente simbólico, voltado ao gerenciamento de impressões. O desempenho socioambiental passa a ser gerido como um ativo reputacional, desprovido de lastro verificável nas dinâmicas biofísicas do meio ambiente. O contraponto desse cenário reside em um estrato altamente restrito do setor (apenas 13,04% da amostra), que consegue mitigar essa assimetria ao associar um elevado alinhamento estratégico à validação por auditoria independente.

Em instrução ao que foi exposto, as evidências indicam que o arcabouço ESG e a Agenda 2030 têm sido assimilados pela construção civil brasileira predominantemente como uma linguagem de conformidade técnica para atendimento ao mercado financeiro, e não como uma diretriz de transformação socioecológica substantiva. Para que o setor avance em direção à transparência plena, torna-se imperativo superar o modelo descritivo do “reportar por obrigação”.

O desempenho em sustentabilidade não pode continuar sendo validado pela volumetria documental, exigindo a incorporação de diretrizes normativas rígidas e integradas de governança – papel este que a Prática Recomendada ABNT PR 2030-1 assume como marco balizador no cenário nacional. Faz-se necessário transitar para métricas de descarbonização absoluta por metro quadrado construído, indicadores de regeneração biótica mensuráveis e ações de impacto distributivo real, cuja fidedignidade seja rigorosamente assegurada por processos de auditoria externa independente.

5.1 LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Como limitação metodológica, reconhece-se que a amostra delimitada concentra-se nas organizações líderes do setor, o que reflete a capacidade informacional de corporações de grande porte. Consequentemente, os resultados descritivos não representam o panorama operacional e as barreiras

de recursos enfrentadas por pequenas e médias empresas da construção civil nacional. Adicionalmente, a investigação estruturou-se estritamente sobre dados secundários autoavaliados e publicados pelas próprias companhias, o que limita o controle empírico direto do pesquisador sobre a precisão dos impactos biofísicos e sociais gerados no cotidiano dos canteiros de obras.

5.2 SUGESTÕES PARA ESTUDOS FUTUROS

A fim de expandir a compreensão técnico-científica sobre a eficácia prática das agendas globais de sustentabilidade no setor, sugerem-se as seguintes vertentes de investigação:

Avaliação de Impacto Biofísico e Indicadores Ecológicos: Desenvolver pesquisas que confrontem as declarações qualitativas dos relatórios corporativos com dados ambientais independentes e primários (como balanços hídricos, qualidade de efluentes e inventários de biodiversidade locais) para mensurar o impacto cumulativo real das obras nos ecossistemas adjacentes.

Verificação de Retorno Social Estrutural Local: Investigar a efetividade das ações sociais descritas pelas empresas na qualidade de vida das populações afetadas no entorno dos empreendimentos, avaliando se as iniciativas promovem transformações socioeconômicas permanentes ou se restringem a ações filantrópicas e assistenciais de curto prazo.

Análise de Metas de Descarbonização Absoluta: Avaliar a evolução temporal e a consistência técnica de metas numéricas de redução de emissões de Escopos 1, 2 e 3 nas construtoras, identificando se os compromissos assumidos com o ODS 13 estão efetivamente gerando mitigações absolutas de gases de efeito estufa ao longo de toda a cadeia produtiva setorial.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, J. A. **Produção Mais Limpa (P+L) na construção civil**: estratégias e indicadores para a sustentabilidade nos canteiros de obras. Rio de Janeiro: Interciência, 2009.

ALHARASIS, E. E. et al. Corporate sustainability reporting and investor institutional demands: bridging the maturity gap in emerging markets. **Journal of Cleaner Production**, v. 482, n. 1, p. 124-138, 2025.

ARVIDSSON, S.; DUMAY, J. Corporate ESG reporting and the sustainability illusion: symbolic compliance vs. substantive performance. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 35, n. 4, p. 897-921, 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT PR 2030**: Ambiental, social e governança (ESG) – Conceitos, diretrizes e modelo de avaliação e direcionamento para organizações. Rio de Janeiro: ABNT, 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT PR 2030-1**: Ambiental, social e governança (ESG) – Conceitos, diretrizes e modelo de avaliação e direcionamento para organizações – Parte 1: Requisitos e orientações. Rio de Janeiro: ABNT, 2024.

BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento e meio ambiente**: as estratégias de ecodesenvolvimento e sustentabilidade. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2023.

BARBIERI, J. C. **Sustentabilidade e ESG**: conceitos, métricas e ferramentas de gestão corporativa. São Paulo: Atlas, 2024.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BELINKY, A. **A Agenda 2030 e o sector privado**: guias de engajamento e integração dos ODS nas estratégias de negócios. São Paulo: FGV EAESP, 2021.

BEN MAHJOUB, L. Sustainable production and consumption paradigms: integrating macroeconomic environmental strategies into corporate governance. **Sustainable Development**, v. 33, n. 1, p. 45-59, 2025.

BIJU, M. et al. Greenwashing in infrastructure projects: a systematic review of symbolic environmental reporting in the construction sector. **Environmental Impact Assessment Review**, v. 102, p. 107-119, 2023.

BOIRAL, O.; BROTHERTON, L.; TALBOT, D. Institutionalized asymmetries in ESG reports: the selective disclosure of environmental externalities. **Business Strategy and the Environment**, v. 33, n. 2, p. 542-556, 2024.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 3, 3 ago. 2010.

CAO, Y. et al. Climate governance and financial risk metrics: an assessment of SASB and TCFD frameworks adoption in carbon-intensive sectors. **International Review of Financial Analysis**, v. 98, p. 103-117, 2025.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA). Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002. Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 95-96, 17 jul. 2002.

CRESWELL, J. W.; CRESWELL, J. D. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

CRUZ, F. **O tripé da sustentabilidade nas corporações modernas**: conectando o econômico, o social e o ambiental. São Paulo: Saraiva Uni, 2022.

DEEGAN, C. Introduction: the legitimising effect of social and environmental disclosures – a theoretical foundation. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 15, n. 3, p. 282-311, 2002.

EBOLOR, A.; AGARWAL, R.; BREM, A. Carbon emission mitigation in the cement industry: a global review of alternative technologies and sustainable pathways. **Renewable and Sustainable Energy Reviews**, v. 168, p. 112-126, 2022.

ERIANDANI, R.; WINARNO, W. A. The post-2020 explosion of ESG nomenclature: corporate responses and capital market dynamics. **Journal of Applied Accounting Research**, v. 25, n. 2, p. 211-229, 2024.

FERREIRA, G. M.; MORGADO, C. R. V.; LINS, C. M. M. Economia circular e circularidade material na construção civil brasileira: desafios ecológicos e transição setorial. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 13, n. 1, p. 145-168, 2024.

FERREIRA, J. P. et al. Certificações verdes e o desempenho ambiental de edificações no Brasil: uma análise comparativa dos selos LEED, AQUA e Caixa Azul. **Ambiente Construído**, v. 23, n. 3, p. 77-94, 2023.

FILGUEIRA, T. M.; NORDEN, L. Da asseguração independente ao padrão IFRS: caminhos para a fidedignidade e auditabilidade do dado socioambiental brasileiro. **Revista Brasileira de Contabilidade e Gestão**, v. 41, n. 2, p. 189-206, 2025.

FUENTE, J. A.; ORTIZ, M.; VELASCO, P. Stakeholder theory and value creation beyond shareholders: a multi-sector analysis of corporate reports. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 29, n. 4, p. 811-825, 2022.

GONG, Y. et al. Sustainability reporting in SMEs vs. large corporations: institutional pressures and resource constraints in the building sector. **Journal of Business Ethics**, v. 191, n. 3, p. 567-585, 2024.

GRAEL, P. F.; BEZERRA, B. S.; BATTISTELLE, R. A. Modernização tecnológica e pressões ESG no mercado de capitais: um estudo no setor de construção civil. **Gestão & Produção**, v. 30, e0423, 2023.

IRIGARAY, H. A. R.; STOCKER, F.; ANDERSON, K. A agenda ODS-ESG em países em desenvolvimento: um panorama das publicações científicas no cenário brasileiro. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 21, n. 4, p. 1-15, 2023.

KHAN, A.; MCNALLY, C. Digital tools and BIM integration for automated resource tracking and sustainability reporting in engineering. **Automation in Construction**, v. 154, p. 104-118, 2023.

LAGASIO, v. Greenwashing dynamics in non-financial disclosures: how communication channels distort operational reality. **Business Strategy and the Environment**, v. 33, n. 5, p. 1290-1304, 2024.

LARRINAGA, C. From voluntary philanthropy to global targets: the institutional evolution of sustainability accounting frameworks. **Accounting and Business Research**, v. 53, n. 5, p. 601-618, 2023.

LOCATELLI, R. et al. Socialwashing exposed: diversity, equity, and inclusion narratives under scrutiny in civil construction supply chains. **International Journal of Project Management**, v. 43, n. 1, p. 88-102, 2025.

MARTINS, v. A. **Discursos simbólicos e autolegitimação empresarial**: uma análise crítica dos relatórios de sustentabilidade sob a lente da Teoria da Legitimidade. São Paulo: Mackenzie, 2022.

MATEMANE, R.; MSOMI, I.; NGUNDU, S. Symbolic sustainability in developing economies: omission of deep social and governance disclosure in infrastructure companies. **Development Southern Africa**, v. 41, n. 2, p. 301-316, 2024.

MONTEIRO, A. C.; RODRIGUES, M. A.; PICCHI, F. A. Desacoplamento estrutural e assimetria informacional nos relatórios de sustentabilidade da indústria da construção. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 13, n. 2, p. 240-258, 2024.

MUNARO, M. R.; TAVARES, S. F. Economia circular na construção civil brasileira: mapeamento regulatório e a gestão de resíduos de construção e demolição (RCD). **Ambiente Construído**, v. 22, n. 1, p. 215-233, 2022.

NIU, X. Corporate governance mechanisms as drivers for reliable socio-environmental disclosures: a compliance perspective. **Journal of Business Research**, v. 172, p. 114-127, 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando nosso mundo**: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova York: Nações Unidas, 2015.

PAGLIA, G.; MACHADO, R. Práticas ESG, bem-estar social e proteção ambiental: demandas cruzadas entre sociedade e mercado de capitais. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 27, n. 5, e22019, 2023.

POTT, C. M.; ESTRELA, N. R. Histórico do desenvolvimento sustentável: da Conferência de Estocolmo à Agenda 2030. **Revista de Geografia (Recife)**, v. 34, n. 1, p. 132-151, 2017.

QIAN, X. Cleaner Production (P+L) pathways and materials life cycle management in contemporary civil engineering. **Journal of Environmental Management**, v. 352, p. 120-134, 2024.

RIBEIRO, F. et al. Do ecodesenvolvimento ao paradigma do desenvolvimento sustentável: uma revisão integrativa das contribuições de Ignacy Sachs. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 60, p. 204-223, 2022.

ROCHA, T. G. **A multidimensionalidade da sustentabilidade pós-Relatório Brundtland**: governança corporativa e evolução conceitual. Rio de Janeiro: FGV, 2023.

ROMANO, A.; FERREIRA, J.; CAEIRO, S. Corporate sustainability reporting size and SDG alignment: empirical evidence from carbon-intensive sectors. **Sustainability Accounting, Management and Policy Journal**, v. 14, n. 3, p. 581-605, 2023.

ROSZKOWSKA-MENKES, M.; ALUCHNA, M.; KAMINSKI, B. Socialwashing and impression management: unpacking institutional cosmetic compliance in corporate reporting. **European Management Journal**, v. 42, n. 3, p. 412-426, 2024.

RUGGERI, K. et al. Standardizing sustainability: a global analysis of GRI framework compliance and data comparability. **Nature Sustainability**, v. 8, p. 142-155, 2025.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.

SALVI, A. et al. Ethical management and compliance structures as tools against Greenwashing: evidence from listed companies. **Journal of Business Ethics**, v. 190, n. 2, p. 345-361, 2024.

SENADHEERA, S. et al. Social sustainability indicators in the construction industry: labor rights, safety, and supply chain equity. **International Journal of Sustainable Construction**, v. 12, n. 2, p. 95-109, 2021.

SILVA FERREIRA, A. et al. Dimensões do impacto ambiental e socioeconômico da atividade construtiva urbana. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, v. 13, n. 14, p. 55-72, 2006.

SILVA, D. A.; QUELHAS, O. L. G.; AMORIM, S. R. L. Consumo de recursos naturais e agregados na indústria da construção civil brasileira: desafios para a sustentabilidade. **Sustentabilidade em Debate**, v. 8, n. 3, p. 118-131, 2017.

SNEIDERIENE, R.; LEGENZOVA, F. Unveiling the three fronts of corporate washing: green, social, and SDG dynamics. **Corporate Governance: The International Journal of Business in Society**, v. 25, n. 1, p. 74-91, 2025.

SUCHMAN, M. C. Managing legitimacy: strategic and institutional approaches. **Academy of Management Review**, v. 20, n. 3, p. 571-610, 1995.

SUN, H. Corporate disclosures and self-legitimation: an assessment of symbolic reporting volume versus substantive transformation. **Journal of Management Studies**, v. 61, n. 4, p. 823-841, 2024.

SUN, H.; ZHU, X. ODSwashing exposed: the cosmetic use of Sustainable Development Goals logos in corporate branding. **Journal of Business Research**, v. 175, p. 114-126, 2024.

TACHIZAWA, T. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa**: estratégias de negócios focadas nas normas regulamentadoras e na Agenda 2030. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

TSANG, A.; FROST, G. R.; CAO, H. Assurance on sustainability reports: a global survey of independent verifications and the reliability of SDG links. **The Accounting Review**, v. 98, n. 5, p. 341-365, 2023.

WANG, L. et al. UN Sustainable Development Goals as impression management devices: empirical evidence of cosmetic SDG alignment. **Business & Society**, v. 63, n. 2, p. 401-419, 2024.

ZHANG, Y.; LAI, K.; JIE, X. Supply chain equity and worker welfare in sub-contracting dynamics of the construction industry. **International Journal of Production Economics**, v. 268, p. 109-123, 2024.

ZHANG, Y.; QIN, X.; LIU, M. Environmental and social performance mapping in the global building sector: a triple bottom line perspective. **Sustainable Cities and Society**, v. 55, p. 102-116, 2020.